



**Centro Universitário de Brasília  
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

**RENATA MARQUES DA SILVA**

**IMPACTOS DA ASCENSÃO FEMININA NA UTILIZAÇÃO DO  
GENÉRICO MASCULINO: PRESIDENTE OU PRESIDENTA?**

Brasília  
2013

**RENATA MARQUES DA SILVA**

**IMPACTOS DA ASCENSÃO FEMININA NA UTILIZAÇÃO DO  
GENÉRICO MASCULINO: PRESIDENTE OU PRESIDENTA?**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UnICEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em revisão de texto: gramática, linguagem e a construção/reconstrução do significado.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Francisca Cordélia  
Oliveira da Silva

Brasília  
2013

**RENATA MARQUES DA SILVA**

**IMPACTOS DA ASCENSÃO FEMININA NA UTILIZAÇÃO DO  
GENÉRICO MASCULINO: PRESIDENTE OU PRESIDENTA?**

Trabalho apresentado ao Centro  
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)  
como pré-requisito para a obtenção de  
Certificado de Conclusão de Curso de  
Pós-graduação *Lato Sensu* em Revisão  
de texto: gramática, linguagem e a  
construção/reconstrução do significado.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Francisca Cordélia  
Oliveira da Silva

Brasília, 28 de fevereiro de 2013.

**Banca Examinadora**

---

Prof. Dr. Francisca Cordélia Oliveira da Silva

---

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

**Dedico este trabalho ao meu filho Gabriel, inspiração constante e diária em minha vida.**

**Ainda, a minha mãe, exemplo de força, persistência e garra, em quem me espelho todos os dias e a Presidente ou Presidenta Dilma Rouseff, que oportunizou este debate.**

## **AGRADECIMENTOS**

À minha mãe, pelo intenso apoio

Ao meu filho, pela alegria constante e motivação eterna.

Ao Coordenador Sr. Harrison, pela atenção e gentileza em todas as horas.

A Cordélia, minha orientadora, pela amabilidade e prestreza na avaliação deste trabalho.

*As palavras são pequenas formas no maravilhoso caos que é o mundo;  
formas que focalizam e prendem as ideias, que afiam os pensamentos,  
que conseguem pintar aquarelas de percepção.*

Diane Ackerman

## RESUMO

A língua é um instrumento de poder e, por isso, está cheia de elementos que representam a ideologia da maioria, sobretudo quando nos referimos à identidade feminina. A utilização de um termo masculino como forma genérica para se referir a toda uma espécie pode ser uma demonstração clara do poder que a língua pode exercer. Independentemente do número de pessoas do sexo feminino em um ambiente qualquer, preferimos a forma masculina, com a justificativa de que o feminino está contido nesta última. Com o resultado da eleição presidencial de 2010, onde Dilma Rousseff saiu vitoriosa, surgiu um dilema: utilizar ou não o feminino da palavra Presidente, que se classifica gramaticalmente como substantivo comum de dois gêneros, ou seja, a diferença entre os gêneros é marcada apenas pela substituição do artigo que precede o substantivo. A discussão é bastante controversa, pois nem mesmo os linguistas ou gramáticos chegaram a um acordo. Alguns acreditam que a palavra presidente deveria continuar seguindo a regra dos substantivos comum de dois gêneros, enquanto outra corrente defende que, pela especificidade do cargo, a primeira eleição de uma mulher para o cargo máximo do executivo, é mais do que justo a utilização da forma feminina para o nome. Ademais, eles se utilizam de leis, com a LEI Nº 12.605, de 3 de abril de 2012 para justificar a utilização da palavra em sua forma feminina.

### Palavras-chave:

Poder. Preconceito. Presidente. Mídia. Língua. Análise Crítica do Discurso.

## **ABSTRACT**

Language is an instrument of power and therefore is filled with elements that represent the ideology of the majority, especially when referring to female identity. The use of a male as a generic term to refer to an entire species is a clear demonstration of the power that language can have. In several situations, regardless of the number of females in an environment, we prefer the masculine form, with the justification that the female is contained in the latter. With the result of the presidential election of 2010, where Rousseff was victorious came a dilemma: whether or not to use the word female President, who classifies grammatically as common noun of two genders, the difference between genders is marked only by replacing the item preceding the noun. The discussion is quite controversial, because even linguists and grammarians have reached an agreement. Some believe that the word president should continue to follow the rule of common nouns of both genders, while another argues that the chain specificity of the post, the first election of a woman to the top job of the executive is more than just the use of the form female for the name. Moreover, they make use of laws, with Law No. 12,605, 3 APRIL OF 2012 to justify the use of the word in its feminine form.

### **Keywords:**

Power. Prejudice. President. Media. Language. Critical Discourse Analysis.



## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. CONTEXTUALIZAÇÃO: A MULHER NA SOCIEDADE.....	12
1.1 O Masculino e feminino na gramática e na língua.....	15
1.2 Substantivo comum de dois gêneros .....	16
2. ESTUDO DE CASO: PRESIDENTE X PRESIDENTA .....	20
2.1 Emprego obrigatório da flexão de gênero, Lei nº 12.605 .....	21
2.2 Críticas à Lei nº 12.605 .....	23
2.3 Outros casos: E o feminino de Bispo?.....	26
3 MASCULINO: FORMA DE REPRESENTAÇÃO DO TODO.....	29
4 UMA QUESTÃO SOCIAL OU GRAMATICAL? .....	36
CONCLUSÃO .....	38
REFERÊNCIAS.....	41

## INTRODUÇÃO

As construções ideológicas estão em todo lugar. Tudo que é escrito, falado, lido, pode carregar uma ideia, um sentido, uma marca. Porém, muitas vezes, não nos damos conta das ideologias às quais estamos sujeitos a todo momento. Ainda que conscientes das nossas escolhas, as ideologias têm grande interferência em nossas vidas e, sem perceber, já estamos compactuando com um determinado padrão de comportamento. Quando tratamos de preceitos ideológicos que dizem respeito ao gênero masculino e feminino, a linguagem pode carregar consigo um aspecto polêmico, quando a utilização de um termo que não se encaixa perfeitamente a todos os seres de uma mesma espécie [masculino e feminino]. O gênero masculino, como forma genérica de tratamento, tem sido um tema de amplo debate entre os estudiosos da Língua Portuguesa. A polêmica se acentuou, sobretudo, com a posse da primeira mulher no cargo de Presidente no Brasil.

Este trabalho tem o objetivo de analisar se existe, na verdade, a forma correta para utilização do feminino e masculino na língua portuguesa. Para isso, iniciaremos com uma breve contextualização do papel da mulher em nossa sociedade e as interferências que tais mudanças trouxeram para a língua portuguesa, averiguando em quais contextos sociais a utilização do genérico masculino tem sido modificada. Também pretendemos apresentar o que as gramáticas trazem sobre assunto gênero [masculino e feminino]. Objetiva-se, ainda, abordar o gênero gramatical e a identidade.

Para o alcance dos objetivos do trabalho, abordaremos um estudo de caso sobre a forma feminina ‘presidenta’, verificando porque outras formas que se assemelham a presidenta não seguem a mesma regra, de que forma as gramáticas abordam substantivo comum de dois gêneros, qual a predileção dos falantes acerca do tema, como o genérico tem aparecido na língua portuguesa.

Para obter êxito neste propósito, esta monografia discutirá tópicos acerca da construção social da identidade feminina e o papel do sujeito enquanto formador de opinião, neste caso Dilma Rousseff.

Para entendimento do leitor e ainda como forma de estruturação do presente trabalho, este foi dividido em capítulos. O primeiro capítulo abordará a respeito da mulher na sociedade, seu papel, qual o contexto atual e um breve comentário sobre a sua história. Iremos mencionar o movimento feminismo filosófico e seus reflexos na sociedade, e quais os seus impactos na linguagem.

No capítulo seguinte trataremos dos gêneros masculino e feminino na língua portuguesa, relatando o que as gramáticas trazem como definições para substantivos biformes, substantivos heterônimos, substantivos uniformes, dando atenção especial para o substantivo comum de dois gêneros, em um subitem, que é o de maior relevância no estudo ora apresentado.

Em seguida, será apresentado um estudo de caso com as reflexões e análises dos vocábulos presidente e presidenta. Nesse capítulo iremos abordar a legislação sancionada pela presidente, que torna obrigatória a flexão de gêneros e críticas sobre a postura adotada. Serão abordado também outras palavras que chamaram atenção no decorrer do presente estudo.

No último capítulo serão levantadas questões de temas relevantes, como a predominância do gênero masculino na sociedade, aspectos ideológicos que perpassam as questões relacionadas à gênero e também sobre os aspectos gramaticais.

Com uma mulher na Presidência da República, vemos que o Brasil ainda está longe da feminilização da língua, ocorrida em outros lugares do mundo. Dilma Rousseff adotou a forma *presidenta*, oficializou essa forma em todas as instâncias do governo e deixou claro que é assim que deseja ser chamada.

O que podemos adiantar é que a discussão não é unânime e, para isso, recorreu-se à pesquisas de estudiosos para observar se existe, de fato, uma

resistência quanto a não utilização do genérico masculino, tradicionalmente marcado para substantivos comuns de dois gêneros. Sobretudo, se essas pequenas mudanças vivenciadas na sociedade, principalmente no que diz respeito à crescente ascensão feminina, podem forçar as gramáticas a, paulatinamente, revisarem ao menos a flexão dos gêneros. Como forma de consolidar esta pesquisa, iremos apresentar outros debates que têm aparecido, ainda que timidamente, devido às mudanças que ocorreram inicialmente na sociedade brasileira e posteriormente foram observados na linguagem.

A mulher contemporânea tenta definir o seu verdadeiro perfil, sua verdadeira identidade e esta é a ideia norteadora do trabalho, cujo objetivo é debater as questões da identidade feminina e, simultaneamente, desvelar a prevalência do discurso masculino na língua portuguesa e, ainda, questionar sobre uma possível construção ideológico-linguística na sociedade.

Tendo como base as reflexões e críticas suscitadas no decorrer do estudo, apresentaremos alguns pontos de discussão a respeito da flexão de gênero, com uma abordagem política, social, cultural, revelando que a polêmica sobre a utilização do genérico masculino vai além de uma pura distinção de sexos.

## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO: A MULHER NA SOCIEDADE

O blogueiro Robson Fernando de Souza, em seu o artigo *Uso genérico da palavra homem*, publicado no blog. [Consciência.com.br](http://Consciência.com.br), afirma que

Os homens da Europa, ainda que já fossem dominantes socioculturalmente, foram elevados a um pedestal altamente radical, desequilibrando ao extremo a balança entre o peso e atividade masculina e a leveza e passividade feminina. Nessa varredura, os verbetes que representavam os machos – *vir* no latim, *were* no inglês, *wer* no alto-alemão arcaico – se tornavam desnecessários, já que, como as mulheres estavam reduzidas a seres marginais reclusos no doméstico e os homens eram praticamente toda a parcela publicamente ativa da humanidade, os únicos seres humanos com *full power*, dizer “os homens” podia ser perfeitamente confundido com “os seres humanos”, já que praticamente só havia eles como agentes sociais. Naquela supremacia androcrática, não parecia fazer mais sentido usar termos diferentes para os homens e a humanidade.

Assim, em um mundo em que só os homens tinham direito à palavra, o pensamento de mulheres aos poucos foi se consolidando. Philips Stokes, em “Os 100 pensadores essenciais da Filosofia”, destacou algumas mulheres com visões à frente de seu tempo. Simone de Beauvoir, Mary Wollstonecraft, Olympe de Gouges, Marquesa de Châtelet foram precursoras dos primeiros pensamentos feministas. Com o nascimento do feminismo filosófico, movimento social, filosófico e político que tinha como objetivo fornecer direitos equânimes e vivência humana liberta de segregação entre homens e mulheres, padrões já consolidados no mundo inteiro começaram a ser revistos. Com tantas mudanças ocorrendo, e tendo em vista que a linguagem está inserida em todos esses contextos, tais movimentos só podem ter contribuído para o cenário, no qual nos deparamos hoje, de constante questionamento por parte das mulheres, ou, ao menos, suscitou dúvida quanto à utilização de termos genéricos masculinos para o tratamento generalizado. Está claro que o universo feminino já começou a se inserir no mundo em que só homens ditavam regras. Ainda que pareça um assunto irrelevante, entre tantos outros temas controversos na língua portuguesa, cada vez mais se tornam necessárias mudanças quanto à utilização de termos genéricos para tratar homens e mulheres.

O movimento feminista impactou em diferentes segmentos da sociedade ocidental, no que diziam respeito ao direito. As ativistas femininas fizeram campanhas pelos direitos legais das mulheres, pelo direito da mulher a ter sua

autonomia e integridade de seu corpo, direito ao aborto e aos direitos reprodutivos, pela proteção de mulheres, também contra a violência doméstica, contra o assédio sexual e o estupro. Foram reivindicados também direitos trabalhistas, como licença maternidade e salários isonômicos.

Numa análise macro, podemos dizer que tais reivindicações tiveram impacto inclusive na linguagem. Não são um fenômeno à parte, pois influenciam aspectos íntimos de cada indivíduo, modificando suas vidas e, também, o modo de ser deles.

Butler, (2003) quando se reporta à teoria feminista diz que:

o desenvolvimento de uma linguagem capaz de representa-las completa ou adequadamente pareceu necessário, a fim de promover a visibilidade política das mulheres. Isso parecia obviamente importante, considerando a condição cultural difusa na qual a vida das mulheres era mal representada ou simplesmente não representada.

De outro lado, Vieira (1992) destaca que, com a impossibilidade de os sujeitos produzirem discursos conscientes ou inconscientes constantemente, diminui a probabilidade de controlar os discursos proferidos nas diferentes situações de comunicação. Desse modo, por mais reflexivo e cuidadoso que possa ser, o sujeito revela e delinea as características de sua subjetividade e, portanto, de sua identidade, a cada discurso proferido.

Assim, a identidade nunca é neutra. Seja submisso, questionador, radical ou apenas omissor, neutro em seu discurso, o indivíduo não é, pois a linguagem está nele e ela por si só é capaz de deixar marcas muito fortes sobre a identidade.

A linguagem por si não tem, ou ao menos não deveria ter, personalidade, tampouco identidade. Ela não define preferências e não tem caráter específico que defenda homens ou mulheres, quem profere a linguagem pode ter esse papel.

Por meio da linguagem, também, é que a mulher atualmente se encontra em outro patamar. O cenário de mudanças que o mundo tem vivenciado é prova disso. A mulher de hoje não só tem pensamento crítico sobre o mundo em que

está inserida, como também tem poder, ainda que amedrontado, para questionar e impor mudanças. A mulher está assumindo posições novas e de peso na sociedade. Mulheres na política, na ciência, na filosofia, enfim, em todos os campos do pensamento humano, cada dia mais ganhando espaço e confiança, que muitas vezes elas próprias não tinham em si mesmas.

Se antes quem detinha o domínio das decisões eram os homens, e por isso os maiores cargos dentro das empresas eram de homens, em maioria, há de se haver uma adequação se mulheres passam a ocupá-los. Ou seja, a presença de mulheres em espaço antes ocupados apenas por homens tem influenciado fortemente a nossa linguagem. Embora se aceite a forma feminina em professora, doutora, juíza, outras não são aceitas, e isso causa, inclusive por parte das mulheres, estranhamento. Naturalmente, à medida que o uso de formas femininas for surgindo e sendo aplicado, a língua tende a se adequar. É uma questão de hábito. Ao tempo que o uso se consagre, a estranheza tende a desaparecer.

Existem muitas dúvidas quando ao uso de formas femininas. Algumas pessoas não têm costume de abrir um dicionário ou uma boa gramática para tirar a 'prova'. E ao se depararem com uma forma tradicionalmente masculina posta no feminino, acreditam seguramente que está errada, que parece estranha, nem mesmo sabem explicar o motivo. Argumentam se atendo apenas a sonoridade e à conservação dos velhos hábitos. Outras reconhecem que a forma feminina está correta, mas optam pela masculina que é mais confortável, soa melhor. Os homens já dominam mesmo, vamos deixar como está. E, claro, sempre existem os neutros de opinião: o que decidirem por mim está bom, tanto faz, demonstrando mais uma vez certa comodidade do ser humano em manter as coisas como estão. Ocorre que os dicionários e as gramáticas já trazem algumas formas antes conhecidas apenas no masculino. ,

O Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa (2009) dispõe:

**Chefa:** substantivo feminino

Uso: informal.

Mulher que exerce autoridade, que dirige certos estabelecimentos ou serviços; chefe;

**Bacharela:** substantivo feminino

Estatística: pouco usado.

Mulher que obteve qualquer grau universitário;

**Presidenta:** substantivo feminino

1. mulher que se elege para a presidência de um país

2. mulher que exerce o cargo de presidente de uma instituição

Quanto à palavra *presidenta*, ela estaria perfeitamente de acordo com as regras de formação de palavras da língua. Ao contrário, o que se observa é que o uso desta forma não se apresentou tão sereno e natural na Linguagem como deveria ser. É como se existisse uma ideologia machista que faz com que, sobretudo mulheres, pensem que algumas palavras foram criadas propriamente para o uso do gênero masculino.

## 1.1 O Masculino e feminino na gramática e na língua

Na gramática, a flexão de gênero, diz respeito a um aspecto linguístico que permite classificar os substantivos em gêneros [masculino ou feminino], regra válida para o português brasileiro.

Em alguns idiomas, tais como o indo-europeu, é comum haver três gêneros [masculino, feminino e neutro]. Existem, ainda, idiomas em que não há gênero algum, como ocorre no idioma basco. Identificamos, assim, que cada idioma define quais e quantos serão os "gêneros gramaticais" em sua língua.

Para seres sexuados, obviamente, a classificação do gênero está ligada ao sexo do indivíduo. Nos demais casos, a atribuição é aleatória, podendo uma mesma palavra ser masculino em uma língua (ex.: *le lit*, em francês), feminino em



uma segunda (ex.: *a cama*, em português) e neutro em uma terceira (ex.: *das Bett*, em alemão).

Segundo a Gramática Objetiva, do professor Filemon Felix, os substantivos na Língua Portuguesa, quanto ao gênero, são masculinos ou femininos. São masculinos os substantivos a que se pode antepor o artigo 'o': o livro, o caderno, o telefonema, e da mesma forma, são femininos aqueles que se pode antepor o artigo 'a': a borracha, a caneta, a tribo.

Ainda com relação ao gênero, dependendo da forma que assumem, podem ser classificados em biformes ou uniformes:

Os **substantivos biformes** são os que designam pessoa ou animais e que apresentam duas formas, uma para masculino, outra para feminino: aluno – aluna, pai – mãe, carneiro – ovelha.

São um tipo de substantivo biforme, os **substantivos heterônimos**, pois se diferenciam dos biformes por não manter o mesmo radical, apresentam duas formas, uma para o masculino, outra para o feminino, como, por exemplo: homem – mulher, bode – cabra e boi – vaca.

Já os **substantivos uniformes** são os que apresentam apenas uma forma, para ambos os gêneros. Os substantivos uniformes recebem nomes especiais, que são os comuns de dois gêneros, sobrecomuns e epicenos.

Tendo em vista o objetivo do estudo, daremos atenção especial ao substantivo comum de dois gêneros, pois existe nesta categoria uma subjetividade, uma vez que a determinação do gênero não depende da colocação de um artigo – o/a ou de outro determinante qualquer.

## 1.2 Substantivo comum de dois gêneros

Na gramática, existe uma forma comum, tanto para o gênero masculino quanto para o feminino, os chamados substantivos comuns de dois gêneros, tais

como: o artista - a artista; o jovem - a jovem; o estudante - a estudante. Constatamos, pois, que a diferenciação se dá mediante o emprego de apenas um termo que o determina, ou seja, os artigos (o/a).

Entretanto, há palavras que admitem ambas as formas, como é o caso de “o chefe - a chefe, ou ainda, a chefe”. Assim como é o caso de “a parente – o parente, bem como a parenta”, conseqüentemente, a presidenta.

Tais elucidações nos levam a crer que, ao lado da forma representada pelo termo “presidente”, encontra-se também aquela constituída por “presidenta” que, segundo o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (VOLP), caracteriza-se como um substantivo feminino. Concebida, portanto, como oficialmente permitida por todos os usuários.

Em um passado recente, não havia feminino de presidente e nem de hóspede. Agora, os dicionários já registram e a gramática aceita os femininos: presidenta, hóspeda. O fato de um vocábulo ser dicionarizado nos leva a acreditar que essa forma passou a ser usual na linguagem. Como também nos leva a crer que com o advento das lutas feministas o substantivo comum de dois gêneros perdeu um pouco o espaço.

Celso Pedro Luft, em seu Dicionário Gramatical da Língua Portuguesa (1967), ensina que os substantivos terminados em ‘e’ são, geralmente, uniformes (...); há, porém, alguns que trocam o ‘e’ por ‘a’: elefante – elefanta; governante – governanta; infante – infanta; [...] ; parente – parenta; e ainda: [...] giganta; hóspeda; presidenta; alfaiata.

No livro ABC da Língua Culta, o autor reafirma: “[...] substantivo que se pode tomar como comum de dois gêneros (sexo) para ‘pessoa que preside’: o presidente, a presidente; mas também comporta feminilização flexional: a presidenta”.

Rocha Lima (2011), em sua Gramática Normativa da Língua Portuguesa, reconhece: “a força do uso já consagrou as formas flexionadas infanta, parenta e

presidenta”. Adotando o mesmo ponto de vista, Luiz Antonio Sacconi (2011), em Nossa Gramática Completa Sacconi, também registra “presidenta” como o feminino de presidente.

Cegalla (2007, 152) diz o seguinte em seu Dicionário de Dificuldades da Língua Portuguesa: “É forma dicionarizada e correta, ao lado de presidente. A presidenta da Nicarágua fez um pronunciamento à Nação. / A presidente das Filipinas pediu o apoio do povo para o seu governo. Finalmente, o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (2009, 674), que registra todas as palavras em uso oficial na língua portuguesa,.

O Novo Dicionário Aurélio ensina que o feminino de presidente é presidenta. É isso mesmo, com o “a” no final. Talvez seja um pouco estranho ao ouvido por falta de costume.

Para Câmara Jr. (1984,84), a confusão quanto à flexão de gênero e outras formas aleatórias de processos lexicais ou sintáticos de marcar o sexo dos seres é um problema comum, principalmente nas gramáticas normativas, nas quais se costuma colocar o substantivo mulher como o feminino de homem, entre outras discrepâncias.

No sistema gramatical de gênero, a oposição semântica entre masculino e feminino parece simétrica. Mas quando nos referimos aos seres humanos, o masculino “homens” representa a coletividade de indivíduos como um todo, sejam eles do sexo feminino ou masculino. Assim, o uso do substantivo comum de dois gêneros pode gerar muitas desproporções nas relações de poder na sociedade, pois hóspede não deixa claro se representa uma mulher, nem presidente se é uma mulher.

Mas a esse valor do masculino significando “sexo” junta-se este outro, dito “genérico”, que permite, por extensão, que um termo do gênero masculino possa referir-se, ou possa aplicar às fêmeas humanas (o Homem, o aluno, os professores...). Este sistema gramatical de gênero, em que o masculino tem uma dupla função de referência – específica e genérica – e o feminino apenas uma

função específica (a Mulher, a aluna, as professoras...), conduz a que a noção de “sexo” tenha, para as noções de “homem” e de “mulher”, efeitos assimétricos sobre a noção de “humanidade”. (Michard 1991, 147-58; 2000, 11).

Quando Judith Butler (2003, pag. 23) questiona se “haverá ‘um’ gênero que as pessoas possuem, conforme se diz, ou é o gênero um atributo essencial do que se diz que a pessoa é”, fica claro que o gênero é apenas uma nuance do sujeito. Quando lemos no site do Planalto Central que “A presidenta Dilma Rousseff sancionou hoje (29) a Lei de Cotas Sociais, que destina 50% das vagas em universidades federais para estudantes oriundos de escolas públicas”, a palavra ‘presidenta’ não é forte porque leva as pessoas a indagações e análises filosóficas sobre sua veracidade na Língua portuguesa. Observamos, e quando indagamos, trata-se de um questionamento que extrapola a esfera da língua, estamos diante de uma aparente reformulação de um código preestabelecido, de uma mudança de contexto político social e, porque não histórico, que fortalece a figura da mulher na sociedade.

## 2. ESTUDO DE CASO: PRESIDENTE X PRESIDENTA

O uso do masculino 'presidente' em referência a qualquer pessoa que ocupasse esse cargo era ponto pacífico, e se não era, não havia muita discussão em torno do assunto. Mas com a ascensão da primeira mulher ao maior cargo do poder Executivo da República Federativa do Brasil, essa discussão veio à baila. Essa representante maior do Estado brasileiro, ao assumir o seu cargo, fez questão de ser designada por Presidenta.

Diante dessa postura da eleita primeira Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff, entra em debate, via internet, a litude e legitimidade de sua reivindicação. A seguir apresenta-se um texto que circulou na internet versando sobre esse tema:

### **A presidenta foi estudenta? (Uma belíssima aula de português.)**

Foi elaborado para acabar de vez com toda e qualquer dúvida se tem presidente ou presidenta.

Será que está certo?

Acho interessante para acabar com a polêmica de "Presidente ou Presidenta"

Repassando, gostei da aula.

A presidenta foi estudenta?

Existe a palavra: PRESIDENTA?

Que tal colocarmos um "BASTA" no assunto?

Miriam Rita Moro Mine - Universidade Federal do Paraná.

No português existem os participios ativos como derivativos verbais. Por exemplo: o participio ativo do verbo atacar é atacante, de pedir é pedinte, o de cantar é cantante, o de existir é existente, o de mendicar é mendicante... Qual é o participio ativo do verbo ser? O participio ativo do verbo ser é ente. Aquele que é: o ente. Aquele que tem entidade. Assim, quando queremos designar alguém com capacidade para exercer a ação que expressa um verbo, há que se adicionarem à raiz verbal os sufixos ante, ente ou inte. Portanto, a pessoa que preside é PRESIDENTE, e não "presidenta", independentemente do sexo que tenha.

Diz-se: capela ardente, e não capela "ardenta"; se diz estudante, e não "estudenta"; se diz adolescente, e não "adolescenda"; se diz paciente, e não "pacienta".

Um bom exemplo do erro grosseiro seria:

“A candidata a presidenta se comporta como uma adolescente pouco paciente que imagina ter virado elegante para tentar ser nomeada representante.

Esperamos vê-la algum dia sorridente numa capela ardente, pois esta dirigente política, dentre tantas outras suas atitudes barbarizantes, não tem o direito de violentar o pobre português, só para ficar contente”.

Por favor, pelo amor à língua portuguesa, repasse essa informação.

Em uma primeira análise do texto, observamos que o autor se posiciona totalmente contra o uso da forma presidenta para designar pessoa do sexo feminino que preside. Para ele existem princípios soberanos e imutáveis na língua e que não devem ou não podem sofrer alteração. É curioso observar a forma como as pessoas agem diante daquilo que já está previamente decidido. Elas reivindicam e se revoltam para manter as coisas da forma em que estão? Mas qual é a forma certa, se estamos certos de que na língua não é rígida e imutável como pensam que é? No caso do vocábulo presidenta, este já está dicionarizado e incorporado na língua portuguesa. Se não de todos, de muitos, que além de estarem se permitindo a aderir a novas formas de falar, percebem que não é suficiente um artigo para mudar a forma das pessoas de pensar. Nesse aspecto, a voz do povo é a voz de Deus, os falantes irão incorporar ou não novas palavras que foram surgindo, é assim que funciona a linguagem.

## **2.1 Emprego obrigatório da flexão de gênero, Lei nº 12.605**

Poucas são as investigações sobre o impacto da discriminação do gênero nas políticas públicas educacionais, e também, no nosso caso em especial, no meio político e no mercado de trabalho.

O homem sempre esteve presente na alta cúpula das grandes organizações, na liderança de governos e nos cargos de maior evidência no país. À mulher nunca coube questionar, apenas acatar. Depois de muitas lutas, foram aos poucos ganhando espaço. Espaço que atualmente é valorizado, não como deveria, mas já existem mulheres com voz e poder na sociedade.

Na atual conjuntura, Dilma Rousseff representa muito bem essa voz. Depois de mais de cem anos, uma mulher na presidência da República e que faz questão de ser chamada por presidenta, inclusive regulamentando que seja obrigatória a flexão de gênero para nomear profissão ou grau de diploma, conforme abaixo:

**LEI Nº 12.605, DE 3 DE ABRIL DE 2012**

Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas.

**A PRESIDENTA DA REPÚBLICA** Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.

Art. 2º As pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no art. 1º a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 3 de abril de 2012; 191º da Independência e 124º da República.

DILMA ROUSSEFF  
*Aloizio Mercadante*  
*Eleonora Menicucci de Oliveira*

Ainda que possa parecer um argumento frágil, impor que a língua mude de uma hora, por meio de decreto, o processo de feminilização vai continuar ocorrendo. A palavra presidenta não é muito utilizada, nem hóspeda, mas podem ser no futuro, e podem ser corretas a tal ponto que não caiba qualquer discussão sobre a utilização de um possível genérico. Hoje em dia, muitas mulheres estão em cargos estratégicos tanto na esfera pública como na privada, o que, com certeza, contribuirá para uma valorização da forma feminina.

Mais importante do que criticar e defender a língua, é identificar se tais mudanças estão na esfera gramatical ou na esfera social. A aceitação da forma presidenta por parte da sociedade, não se dará unicamente pela publicação de um decreto. O fato dessa lei obrigar a flexão de gênero na emissão de diplomas por parte das instituições de ensino, não quer dizer que mulheres detentoras desses diplomas sintam-se mais felizes por serem chamadas de bacharelas. Como também não quer dizer que as soldados femininos sintam-se totalmente confortáveis sendo tratadas no masculino. Nos dois casos a gramática não dita as normas, e sim a sociedade. O contexto social é muito mais forte, e ele sim pode mudar a linguagem.

## **2.2 Críticas à Lei nº 12.605**

Em 1º de janeiro de 2011, eleita a 36.<sup>a</sup> presidente da República Federativa do Brasil, a senhora Dilma Rousseff tomou posse como a primeira mulher a assumir a função de Chefe de Estado e de Governo em nosso país. Assim que eleita, a então 'presidente' leu o compromisso oficial de "manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro, sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil".

Tudo corria muito bem, aparentemente, mas, claro, todos estavam de olhos atentos, afinal, uma mulher representando o país, parecia demais. Não são poucas as piadas e clichês da sociedade que colocam a mulher em condição inferior. Existe no Brasil uma cultura machista, em que as próprias mulheres aceitam ser vistas como inaptas, incompetentes, despreparadas.

Após um ano e quatro meses de seu mandato, a ora, 'Presidente', sancionou a Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012, que exige o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas, lei citada no capítulo anterior. Tal ato causou polêmica entre a população em geral, estudantes, estudiosos da língua, jornalistas. Quanto ao assunto, o Jornalista Augusto Nunes, da Coluna Direto ao Ponto, da revista Veja (Acervo Digital) de 6 de abril de 2012, publicou a seguinte matéria:



8/12/2012

### Direto ao Ponto

### A presidenta que resolveu inventar a torneira mecânica

Melhores do ano

2012

**Parece piada, mas juro é verdade. Neste governo, aliás, o que não tem faltado é verdade que parece piada. Espantado com a informação enviada pelo comentarista Marlon, fui conferir no *Diário Oficial da União*. E lá estava a Lei nº 12.605, de 3 de abril de 2012, que “*Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas*. O texto diz o seguinte:**

*A PRESIDENTA DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:*

*Art. 1º. As instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido.*

*Art. 2º. As pessoas já diplomadas poderão requerer das instituições referidas no art. 1º a reemissão gratuita dos diplomas, com a devida correção, segundo regulamento do respectivo sistema de ensino.*

*Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

*Brasília, 3 de abril de 2012; 191º da Independência e 124º da República.*

**DILMA ROUSSEFF**

*Aloizio Mercadante*

*Eleonora Menicucci de Oliveira*

**Ainda convalescendo do assombro, fui de novo socorrido pelo jornalista Celso Arnaldo Araújo. Igualmente alertado pelo Marlon, o grande caçador de cretinices foi à procura do monumento à idiotice. E escreveu outro texto definitivo. (AN)**

### **CELSONO ARNALDO ARAÚJO**

“It’s good to be the king”, exulta o rei Luis 16, interpretado por Mel Brooks, olhando sarcasticamente para a câmara, no impagável “História do Mundo Parte 1”, sempre que, no exercício de seu imenso poder nas situações cotidianas da corte, experimenta uma espécie de orgasmo absoluto diante da constatação de que pode tudo, literalmente tudo.

Canastrona irrecuperável, frequentemente imagino a presidente Dilma Rousseff parafraseando para si mesma, na ausência de plateia, o bordão de Brooks:

— É bom ser a presidenta!

Deve ser mesmo uma concupiscência permanente, incomparável aos pequenos prazeres do fictício Luis 16, exercer um poder como o que Dilma julga ter, na sucessão de Lula 13. E julga ter porque efetivamente tem. Ela pode, por exemplo, dizer disparates que não seriam sequer aproveitados por Mel Brooks numa sátira rasgada sobre uma presidente mulher – e, no dia seguinte, repercutir na grande mídia como grande estadista. E pode ignorar solenemente um escândalo que provavelmente derrubaria até mesmo Luis 16, como o das lanchas imprestáveis do Ministério da Pesca – o qual, por si só, já é uma piada típica das chanchadas da Atlântida nos anos 50.

Mas a lei 12.605, que acaba de ser sancionada pela Presidência da República, eleva – ou reduz – o poder de Dilma Rousseff ao patamar risível de um outro personagem de comédia: o ditador recém-eleito da republiqueta sul-americana de “Bananas”, de Woody Allen. Que, no discurso de posse, institui o sueco como língua oficial do país e anuncia uma lei obrigando todo cidadão a trocar a roupa de baixo a cada meia hora – roupa essa usada do lado de fora, para permitir a fiscalização.

Perto disso, a lei 12.605 pode parecer inocente – mas é uma piada ainda melhor. Ela simplesmente determina “o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas”.

Flexão de gênero, para quem não sabe, pode ser traduzido em língua de gente como “homem ou mulher”, “menino ou menina”. Aliás, sou do tempo em que, nas fichas cadastrais, essa dupla possibilidade era resumida a uma só palavra e um ponto de interrogação: sexo? Aliás, esse tempo ainda é hoje para quem fala português e não estudou na escola de Iriny Lopes e Eleonora Menicucci: o que vemos num ultrassom gestacional é o sexo do bebê. O gênero não interessa aos futuros pais.

Volte um parágrafo e leia de novo: “Determina o emprego obrigatório da flexão de gênero para nomear profissão ou grau em diplomas”. O que isso quer dizer? Que, de agora em diante, por sanção da “presidenta” da República, “as instituições de ensino públicas e privadas expedirão diplomas e certificados com a flexão de gênero correspondente ao sexo da pessoa diplomada, ao designar a profissão e o grau obtido”.

Ou seja: Maria da Graça, torneiro-mecânico do “gênero” feminino formada pelo Senai, terá em sua parede um diploma de “torneira-mecânica”. E assim por diante. Pena que minhas colegas jornalistas não possam usufruir da boa nova. Quem mandou ter uma profissão com nome “comum de dois”? Mais: se a Maria foi graduada antes da lei, o Senai terá de providenciar um novo diploma como “torneira-mecânica”, sem custos.

A bem da verdade, a lei 12.605 – de novo, guardem bem esse número – foi aprovada antes pelo Congresso Nacional. Mas aposto que, na visão de Dilma, é uma das maiores realizações de seu governo até aqui. Pois quem exige ser chamada de presidenta, cita criancinhas em discursos como “brasileirinhos e brasileiras” e já se dirigiu ao público de um congresso da juventude petista como “jovens homens e jovens mulheres” (meninos, e meninas, eu ouvi!), está mesmo fazendo gênero.

Poder absoluto? Não. É falta absoluta do que fazer.

O artigo apresentado é uma crítica à lei sancionada. O autor não admite a hipótese da flexão de gênero, tratando o tema como “falta absoluta do que fazer”. Todos têm direito a se manifestar de alguma forma. Dilma considerou válida a proposta, tanto que fez valer sua opinião. A língua é passível de mudanças, é viva, é dinâmica. Nada mais é do que reflexo de uma mudança global, parte de uma questão social e que, felizmente, tem mudado no Brasil e no mundo. O uso da forma **presidenta** já foi, inclusive, dicionarizado e só prova que sua adequação é pertinente.

### **2.3 Outros casos: E o feminino de Bispo?**

O caso presidente/presidenta é notório por inúmeras razões: a primeira mulher no poder. Talvez esse alarde tenha sido causado pela forte presença de uma mulher, onde antes não houvera, mas o caso, podemos dizer, sem resposta também ocorre com outras palavras.

A linguagem é um ato dinâmico e em constante desenvolvimento, até porque as interferências vêm de todos os lados e acaba-se incorporando modismos e estrangeirismos. Mas, além desse motivo de mudança, que por si só já é fortemente plausível de influências na linguagem, ainda temos, o movimento das mulheres, no Brasil e no mundo, ou seja, a representação de mulheres assumindo papéis ainda não ocupados.

Nas religiões, por exemplo, a presença e o poder de decisão foram dados, em sua maioria, aos homens. Basta lembrarmos dos ícones como Jesus Cristo, Buda, Maomé, Moisés, Alan Kardec, Dalai Lama. Mas, atualmente, algumas igrejas já dividem o trabalho entre homens e mulheres e, inclusive, existem bispas que pregam juntamente com seus maridos em algumas igrejas protestantes.

A figura do bispo é muito representativa nas igrejas evangélicas. A palavra bispo vem do latim “episcopu”, do Aurélio: 1. Padre que recebeu a plenitude do sacramento da ordem, na Igreja Católica Apostólica Romana.

Mas como podemos dizer bispa, se esta palavra ainda não passou por um processo de dicionarização? Não passou, mas ela existe, e é exercida no meio evangélico, e muito bem aceita como podemos ver abaixo na matéria do Jornal Coletivo, de 16 de agosto de 2011.

Figura 1: Sonhar é divino



**SONHAR É DIVINO!**

A maioria dos nossos pensamentos é maus, difíceis de controlar. O que nos faz controlá-los são os nossos sonhos. Os sonhos são os fatores dirigentes dos pensamentos. Pessoas que não sonham, não controlam, ao contrário, são controladas pelos seus pensamentos. Você tem sonhos? Você precisa tomar posse da chave que vai abrir portas para realizá-los.

Sonhos não são necessidades. Necessidades são coisas humanas; sonhos são coisas divinas que Deus coloca dentro de nós. Sonhos são resultados da conexão com a fonte que existe dentro de nós. Se Deus, para você, é o Todo Poderoso, capaz de tudo, então, seus sonhos não terão limites. Se a imagem que você tem de Deus é de alguém limitado, então seus sonhos também serão limitados!

**Esperamos por você!**  
**Bispos Robson e Lúcia Rodovalho.**  
 @bisporodovalho @bispalucia

**Nossos Cultos**  
 Domingo: às 10h, 18h e 20 horas.  
 Terça-feira: às 20 horas.  
 Quinta-feira: às 20 horas.  
 Sábado: às 17h e 19 horas.

**INFORMAÇÕES: (61) 3035-9000**  
**WWW.SARANOSSATERRA.COM.BR**

Expediente edição: Khenrya Pestana / programação visual: Washington Macêdo

Diferentemente do que se observa o feminino de bispo é *episcopisa*. Do dicionário Houaiss: “s.m: nos primórdios do cristianismo, mulher que exercia algumas funções sacerdotais, espiritual nos cultos litúrgicos.”

O uso indevido (ou não) também causou mal estar entre católicos e protestantes. Os católicos se embasam na hipótese de que uma pessoa que não pertença a Igreja Católica Apostólica Romana não deveria fazer o uso de bispa, tampouco de *episcopisa*.

Mas o cerne da questão não é religioso. As mudanças que ocorrem no mundo refletem na linguagem. E como a mulher tem ganhado espaço, palavras novas vão surgindo. Nesse caso específico existe ainda uma forte influência da mídia de massa. Episcopisa não é uma palavra muito simples, requer conhecimento da norma culta. Uma vez que a palavra bispa foi difundida entre os fiéis, acabou tornando-se a forma usual, apesar de não ser a correta e que pode claro, ser dicionarizada.

### 3 MASCULINO: FORMA DE REPRESENTAÇÃO DO TODO

Em decorrência da nova ordem econômica, os mercados e, principalmente, os indivíduos sofrem profundas transformações nas mais variadas áreas como políticas, culturais e tecnológicas. Por consequência, as relações sociais também passam por alterações em sua essência, o que contribuiu para dificultar a definição de identidade de uma forma geral, particularmente o gênero feminino.

Fairclough (1997, p. 296) critica a dominação e o poder de certas classes de sujeitos constituídos sobre outros e contribui com a concepção de que a construção do sujeito do discurso resulta de um processo ideológico.

Para Hall, (2003, p.7) as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno. Ou seja, o antigo padrão de superioridade masculina já não serve mais em uma cultura moderna.

Mais ainda, quando da afirmação de que “homem também significa ser humano de qualquer gênero”. Tal assertiva é contraditória e falseável, ou no mínimo muito questionável. O termo em seu uso “genérico”, se não exclui, inclui apenas muito parcialmente as mulheres, enquanto abarca com folga os machos – tanto que eles mesmos se chamam homens.

Woodward (1997, p. 1) compartilha também do ponto de vista de que identidade e diferença são palavras de ordem na discussão da constituição da identidade. Nessa perspectiva, a heterogeneidade textual é o espaço privilegiado para essa negociação. Sobre isso, Fairclough (1997, p. 298), com precisão, declara:

Heterogeneidade textual é a presença e trabalha através das contradições. Identidade, relações sociais e conhecimento estão textualmente enlaçados. O mundo, os sujeitos sociais, as relações sujeito-sujeito e as relações mundo-sujeito são todos construídos nos textos em modos contraditórios. Heterogeneidade textual é também, entretanto, a presença e, trabalhando através dos dilemas-modo de experiência e reação, tenta mover-se além dessas contradições. Textos são lugares para a luta social.

Surgem, então, os questionamentos: abandonemos o uso da palavra homem como sinônimo de ser humano ou humanidade? Ou deixemos para nos referir apenas às pessoas do sexo masculino? Uma das respostas para esses questionamentos nos remete ao fato de que há opções hoje disponíveis para nos referirmos aos seres humanos indistintos de sexo e à espécie humana – além da opção de inserirmos “... e mulheres” ou “mulheres e...” ao lado de homens.

Não obstante existir essa possibilidade, observa-se com muita frequência o uso do masculino para referir-se à pessoa do sexo feminino. Isso ocorre com especial relevância com o uso da designação masculina de determinado cargos para referir indistintamente às pessoas que os ocupam, seja homem ou mulher.

O requisito de “utilização de uma linguagem explicitamente inclusiva do feminino e do masculino” nos materiais pedagógicos é assim claramente violado pelo abuso de pseudo-genéricos – os masculinos genéricos.

Mas o problema do uso recorrente dos pseudo-genéricos não é apenas um problema de “ocultação”, de invisibilidade das mulheres que esses masculinos, por extensão, pretensamente também referem; é que a sobreposição do valor genérico e específico do masculino acarreta a noção de que o masculino específico é genérico.

Assim percebemos que a palavra homem não é tão unissex assim, mesmo que seus cognatos originais (homo, mann...) o tenham sido na Idade do Ferro. Reconheceu Paulo Freire diante desse inconveniente:

(...) É que, diziam elas, com suas palavras, discutindo a opressão, a libertação, criticando, com justa indignação, as estruturas opressoras, eu usava, porém, uma linguagem machista, portanto discriminatória, em que não havia lugar para as mulheres. (...) Em certo momento de minhas tentativas, puramente ideológicas, de justificar a mim mesmo, a linguagem machista que usava, percebi a mentira ou a ocultação da verdade que havia na afirmação: ‘Quando falo homem, a mulher está incluída’. E por que os homens não se acham incluídos quando dizemos: ‘As mulheres estão decididas a mudar o mundo’? (...) A discriminação da mulher, expressada e feita pelo discurso machista e encarnada em práticas concretas, é uma forma colonial de tratá-la, incompatível, portanto, com qualquer posição progressista, de mulher ou de homem, pouco importa. (...) A recusa à ideologia machista, que implica

necessariamente a recriação da linguagem, faz parte do sonho possível em favor da mudança do mundo. (...) Não é puro idealismo, acrescente-se, não esperar que o mundo mude radicalmente para que se vá mudando a linguagem. Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória.

Mercer (1990, p. 43) afirma que:

a “identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”

Já que mudar a linguagem faz parte do processo de mudança de mundo, o termo outrora denominador da humanidade acabou corrompido pelos homens do passado, que o usaram como a coroa de um império androcático absolutista. Ali a supremacia masculina fazia-os ser confundidos com a humanidade inteira, mesmo sendo demograficamente apenas metade dela, e sujeitava as mulheres a uma submissão que não só se comparava à escravidão, mas também as rebaixava a seres subumanos, ou pseudo-humanos. Em outras palavras, o vocábulo homem, enquanto termo dotado de dois significados concorrentes e, por que não, conflitantes, serviu como um emblema da exclusão feminina, de tal forma que as alheou do alcance de diversas declarações de direitos.

As diferentes ordens do discurso, responsáveis pelas mudanças do sujeito, constituem a identidade feminina e abrigam experiências particulares em razão do momento histórico em que estão inseridas. Cada época, a seu modo, influencia o modo de agir e pensar da sociedade. Dessa forma, Giddens (2000) defende que a pós-modernidade tornou o sujeito passível de fragmentação e dispersão, ficando a subjetividade reduzida a valor instrumental. Por isso, em virtude das mudanças ocorridas na concepção de sujeito, muitas discussões surgiram sobre o papel que ele possui na construção da identidade contemporânea.

No que diz respeito à discussão do papel do sujeito na construção da identidade da mulher, ressaltamos que é por meio da negociação da identidade e da diferença que ele deve ser estabelecido.



Nesse estudo, buscamos elucidar os motivos pelos quais a forma masculina é amplamente difundida. Utilizamos como fundamentação teórica artigos, livros, pesquisas de linguística e das demais áreas sociais, sobretudo a Análise Crítica do Discurso. A princípio, é primordial que entendamos os acontecimentos ao longo dos séculos que contribuíram, e influenciaram, para que o masculino fosse utilizado como forma de representar o ser humano, ou o coletivo.

O Manual do Uso não Sexista na Linguagem alerta que vários autores já trataram do mesmo assunto e a posição das mulheres é a opção pelo masculino como genérico. Na atualidade, não existe qualquer sociedade no mundo onde mulheres e homens recebam um tratamento equitativo, pois se constata uma discriminação generalizada para elas em todos os âmbitos da sociedade. Essa discriminação sustentada unicamente no fato de ter nascido com um determinado sexo (mulher) atravessa categorias sociais como o nível socioeconômico, a idade ou a etnia à que se pertença e se transmite por meio de formas mais ou menos sutis que impregnam a vida dos indivíduos.

Para Perrot (1988, p. 176), “não existem limites estanques entre o público e o privado. As fronteiras entre o público e o privado nem sempre existiram. Elas mudam com o tempo”, assegura o autor. Seguindo esta linha de pensamento, argumenta que as mulheres exercem domínio no cotidiano, nos bastidores, escapando da dominação e “criando elas mesmas o movimento da história”. O que resulta na questão da mulher enquanto sujeito dominado, tomando aqui a ideia de sujeito pós-estruturalista, baseada especialmente em Foucault.

Jean-Jacques Rousseau, segundo Cornes (1994, p.105), a respeito da educação feminina delineou o programa de ensino a seguir:

A completa educação das mulheres deve ser relativa aos homens, para agradá-los, para serem úteis a eles, para que se façam amadas e honradas por eles, para educá-los quando jovens, para cuidar deles quando crescidos, para consolá-los e para tornar-lhes a vida doce e agradável. Estas são as obrigações das mulheres em todos os tempos e é assim que elas deveriam ser ensinadas desde a infância.

Para Paki Venegas Franco e Julia Pérez Cervera, citados no Manual do Uso não Sexista na Linguagem “uma das formas mais sutis de transmitir essa discriminação é através da língua, pois esta é o reflexo de valores, do pensamento, da sociedade que a cria e utiliza.” Nada do que dizemos em nossa vida é neutro: todas as palavras têm uma leitura de gênero. Desde quando nossa mãe está grávida, todos os nossos comportamentos e pensamentos estão condicionados pelo gênero. O primeiro que se pergunta a uma mulher grávida ou a seu companheiro é o sexo do futuro bebê e qual seria sua preferência a respeito”.

Os autores ressaltam que é comum ouvir frases do tipo “prefiro menina porque elas são mais carinhosas”, “prefiro menina para que me cuide quando seja mais velha” ou “prefiro menino porque são mais independentes”, “prefiro um menino que continue com o negócio da família”. Em sua explicação, as pessoas já atribuem ao futuro bebê características, comportamentos, atitudes, interesses, prioridades que serão diferentes, caso se trate de uma menina ou de um menino.

Ao enfatizar o lado linguístico das transformações das relações de estados, de culturas, de classes e de domínios da vida social como sendo uma desarticulação e uma rearticulação das práticas discursivas, Fairclough (1997, p. 298) considera essa mudança como o uso criativo das práticas existentes em novas combinações discursivas.

Muitas vezes, os elementos da sociedade encontram-se articulados em uma estrutura relacional hegemônica, que é, por natureza, incompleta e temporária. Definir os gêneros em uma sociedade não é tão simples, ainda mais com o grande movimento que a sociedade vem percebendo, de que cada vez mais aquilo que é diferente esta sendo protegido como único.

Nos termos de Gibson e Grahan (1996, p. 112),

O passado este sempre presente em nossas vidas e esse se manifesta em si mesmo de modo paradoxal. Nós vemos por meio de eventos, aprendemos processos, estágios de socialização, os quais não podem ser apagados ou modificados. A nossa subjetividade, entretanto, uma estrutura organizada, nunca cessará de mudar.

Na disputa pelo espaço, segundo Wilson (1991) e Saergert (1980), o espaço reservado às mulheres é periférico e os espaços centrais estão reservados aos homens, as zonas industriais e as áreas comerciais.

Tudo isso unido à crença de que somos diferentes e, em função disso, a sociedade nos valoriza de forma desigual. Na prática, as únicas diferenças reais entre mulheres e homens são as biológicas: diferenças que são inatas, ou seja, nascemos com elas. Todas as demais diferenças que se atribuem a mulheres e homens, sensibilidade, doçura, submissão, dependência, fortaleza, rebeldia, violência, independência são culturais e, portanto, aprendidas; é uma construção cultural chamada gênero.

A partir do conceito “gênero” surge o que se denomina de sistema sexo-gênero que consiste em que pelo fato de nascer com determinado sexo, mulher/homem, isto é, com algumas diferenças biológicas, nos é atribuído um gênero, feminino ou masculino, como mencionamos anteriormente. Além disso, há uma valorização social das habilidades, comportamentos, trabalhos, tempos e espaços masculinos e uma desvalorização dos femininos.

A socialização é o processo de aprendizagem dos papéis sociais. É um processo no qual se está imerso inclusive antes de nascer, nas expectativas que nossa futura família tem sobre nós e pelo qual aprendemos e interiorizamos as normas, valores e crenças vigentes na sociedade. Basicamente seria a aprendizagem dos papéis expressivos para as mulheres e dos papéis instrumentais para os homens, associada à valorização superior dos homens e às características estereotipadas femininas e masculinas. Por meio dessa socialização, diferente em cada cultura, é que nos ensinam aqueles modelos de conduta que são aceitos socialmente para mulheres e homens e quais não são.

O processo de socialização de gênero se desenvolve ao longo de toda a vida e é transmitido por meio dos diferentes agentes de socialização: família, escola, meios de comunicação e linguagem, que merecerá maior destaque em nosso estudo.

A mulher atual define sexo, em sua identidade, como algo que deve ser prazeroso. A respeito de poder e prazer, parece ser relevante lembrar as palavras de Foucault (1985, p. 45), ao afirmar que o relacionamento sexual deve haver:

Prazer em exercer um poder que questiona, fiscaliza, espreita, espia, investiga, apalpa, revela; prazer de escapar a esse poder. Poder que se deixa invadir pelo prazer que persegue – poder que afirma no prazer de mostrar-se, de escandalizar, de resistir.

A sexualidade, nas palavras de Michel Foucault (1985, p. 45)

é discursiva, fazendo sentido apenas quando inscrita na linguagem e no discurso em processo em que o saber e o poder se tornam inseparáveis. Ao tratar sexo como construção semântica, dependente de representações específicas, Foucault defende que o estudo da sexualidade deve centrar-se nos discursos do desejo, explorando as palavras, a linguagem e os símbolos.

Já a língua é um fato tão cotidiano que a assumimos como natural e muito poucas vezes nos detemos a perguntar-nos o seu alcance e a sua importância. A linguagem não é algo natural, mas sim uma constituição social e histórica, que varia de uma cultura para outra, que se aprende e que se ensina.

Edward Sapir afirma que

“falta apenas um momento de reflexão para convencer-nos de que esta naturalidade da língua é uma impressão ilusória”.

O ambiente só atua diretamente sobre o indivíduo, e nos casos em que verificamos ser a influência deste, o responsável por um traço coletivo, é preciso interpretar esse traço coletivo como a soma de processos distintos de influências ambientais sobre os indivíduos. As forças sociais, que assim transformam as influências puramente ambientais, podem, por sua vez, ser consideradas como de caráter ambiental, no sentido de que cada indivíduo se acha colocado em meio de um conjunto de fatores sociais, a eles reagindo.

O léxico da língua é que mais nitidamente reflete o ambiente físico e social dos falantes. O léxico completo de uma língua pode se considerar, na verdade, como o complexo inventário de todas as ideias, interesses e ocupações que açambarcam a atenção da comunidade; e, por isso, se houvesse à nossa

disposição um tesouro assim cabal da língua de uma dada tribo, poderíamos daí inferir, em grande parte, o caráter do ambiente físico e as características culturais do povo considerado. Não é difícil encontrar exemplos de línguas cujo léxico traz assim o sinete do ambiente físico em que se acham situados os seus falantes.

#### **4 UMA QUESTÃO SOCIAL OU GRAMATICAL?**

É na família que a identidade da mulher e do homem recebe as primeiras programações, pois é ela a responsável em construir os diversos tipos de relações, comportamentos e condicionamentos culturais e sociais que teremos na vida adulta. A divisão de papéis entre o casal na educação dos filhos tem reflexo nos valores e crenças da instituição familiar.

Segundo Giddens (2000), há nas famílias o desenvolvimento de um currículo oculto de ensinamentos. É comum no Ocidente que as meninas, ainda recém-nascidas, recebam presentes que caracterizam que a partir daquele momento ela terá que aprender os rituais de beleza que farão parte de toda sua vida.

Para os meninos, mudam as regras, ou seja, aprendem novos que têm que ser fortes, controlar seus sentimentos e emoções. Em suma, enquanto as mães trabalham a vaidade nas filhas, os pais se ocupam com o desenvolvimento da violência e sexualidade nos meninos.

A predominância do masculino na língua reflete o machismo. Se houver numa sala 39 mulheres e um homem, o orador deverá usar o masculino na sua invocação: prezados senhores... No máximo, falará: prezadas senhoras e prezado senhor. Ofenderia o macho presente se o orador generalizar pelo feminino e dissesse apenas: prezadas senhoras.

A forma masculina tem atualmente um “significado genérico residual”. Hoje mesmo mulheres mais que convictas de seus direitos e de sua dignidade insistem

nesse que se tornou, segundo elas próprias, um vício de linguagem. Esquecem, ou desconhecem, que o histórico socioetimológico dessa palavra interdita seu uso genérico. Afirmar de que “a forma masculina também significa ser humano de qualquer gênero” é contraditória ou, no mínimo, muito questionável. O termo em seu uso “genérico”, se não exclui, inclui apenas muito parcialmente as mulheres, enquanto abarca com folga os machos – tanto que eles mesmos se chamam homens.

Deixemos para utilizar tal forma para nos referirmos apenas às pessoas do sexo masculino. Há opções hoje disponíveis para nos referirmos aos seres humanos indistintos de sexo e à espécie humana – além da opção de inserirmos “... e mulheres” ou “mulheres e...” ao lado de homens.

Por que isso não acontece na hierarquia da Polícia Militar? Nenhum dicionário registra o feminino “soldada” e, tampouco, “sargenta”. Na verdade, a Polícia Militar, com a presença da mulher em suas fileiras, mantém a estrutura machista, segura a feminilização das patentes na divulgação de seus documentos oficiais.

Não se sabe como as soldadas se sentem sendo tratadas como homens, mas há mulheres que escrevem versos e não gostam de ser chamadas de poetisas, querem ser tratadas de poetas, acham que o feminino as desvaloriza. Isso também é uma forma de discriminação, agem sendo feministas. Talvez seja apenas preocupação de um professor de Português e os soldados femininos estejam gostando desse tratamento.

## CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que as representações sociais do homem e da mulher não regulam apenas as relações interpessoais entre homens e mulheres, mas também entre homens e homens e mulheres e mulheres. Todavia não se restringe ao âmbito interpessoal, pois são igualmente marcadas pela dominação de gênero as relações no âmbito econômico, político e religioso.

Isso porque o *HABITUS* se refere tanto ao social quanto ao individual, uma vez que precede a escolha que antecede a ação. Assim, o processo de internalização da objetividade torna-se objetivação internalizada, pois já está no *HABITUS* humano, traduzido em estruturas, costumes, tradições e normas, assimilados como “certo” “normal” e “natural”. “bastando-lhes ser o que são para ser o que é preciso ser, seu *HABITUS* sexuado, natureza socialmente constituída, ajusta-se de imediato às exigências do ‘jogo’, o qual é orientado por um conhecimento sem consciência e por uma intencionalidade sem intenção”.

O *HABITUS* é um conceito fundamental para entender como a prática da dominação adquire um caráter natural, dado e quase divino. É tanto conhecimento obtido, bem como um capital, ou seja, significa “disposição incorporada, quase postural” (Bourdieu, 2002, p. 61) do agente, em outras palavras, é a objetividade das práticas subjetivas.

A identidade feminina é produto social e reflexo do olhar do outro. O ser feminino é analisado e suas condutas são bases para sua identidade. Em qualquer sociedade, a identidade é construída socialmente pelas práticas discursivas, cujo discurso é produto da cultura que a construiu. Assim, a identidade feminina é definida pelo discurso de seu interlocutor. Resulta do efeito espelho, identifica-se pelo reflexo do olhar do outro. Anthony Giddens (2000) levanta a questão de como as condições sociais modernas modificam e modelam o *self* e a identidade pessoal, criando um novo discurso para a expressão dessa realidade.

A forma PRESIDENTA segue a tendência natural de criarmos a forma feminina com o uso da desinência “a”: menino e menina, árbitro e árbitra, brasileiro e brasileira, elefante e elefanta, pintor e pintora, espanhol e espanhola, português e portuguesa. É importante lembrar que a recorrência a que se concerne o termo “presidente” se deve ao fato de que mediante os postulados gramaticais existe uma forma comum, tanto para o gênero masculino quanto para o feminino, os chamados substantivos comuns de dois gêneros, tais como: o artista - a artista; o jovem - a jovem; o estudante - a estudante.

O vocábulo “Presidenta” parece sofrer outra ordem de influências. Embora as variações sejam aceitas, o tipo de adoção de cada uma parece dividir intuições e usos - não tanto no campo da morfologia, mas no da semântica e até da ideologia. Se é incerto afirmar que, ao se usar um termo, haja deliberada tomada de posição, há quem a chame “presidente eleita” ou “a presidente” com ênfase que ultrapassa a do uso corriqueiro.

As palavras que têm vogal temática -e , aí incluídas as que derivaram do particípio presente-nte , integram uma classe pouco produtiva, quando comparada às da classe em -o (menino) e -a (casa). Talvez por isso, a extensão a essa classe do morfema de feminino [-a] seja tão irregular.

Algumas vezes, o feminino ganha ar pejorativo. Por isso “chefa” nunca foi muito adotado, embora o dicionário registre! Usar “presidenta” não é desmerecer a mulher. A presidenta Dilma utilizou nesse contexto o que uma mulher comum está praticamente impedida de fazer, ela legislou acerca da língua portuguesa e isso pode ser um grande benefício para as mulheres, ainda que o preconceito fale mais alto, a utilização de “Presidenta” é forte e marcante.

Porém a língua não se manifesta por ordem ou por coersão, ela é um fenômeno social, independente do querer de um único indivíduo. Os falantes que carregam a responsabilidade de mudar a linguagem, e o fazem, desde que o mundo é mundo. É inútil demandar energias querendo impor mudanças, seria subestimar inteligência linguística dos seres vivos. A ninguém foi outorgado esse



direito e mesmo que fosse não seria capaz, pois a evolução da língua está alheia à nossas vontades.

## REFERÊNCIAS

Academia Brasileira de Letras. **Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa**. 5 ed. São Paulo: Global, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BUTLER, JUDITH. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**, 2008.

BRASIL. LEIS, DECRETOS, ETC. **LEI Nº 12.605, DE 3 DE ABRIL DE 2012.** Disponível em: [www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12605.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12605.html). Acesso em 07 jul. 2012.

CÂMARA JUNIOR, J. M. **Problemas de linguística descritiva**.s.n.t.

CEGALLA, Domingos Paschoal. **Dicionário de dificuldades da Língua Portuguesa**. 2 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Lexiton 2007.

CELSON, Arnaldo Araújo. Coluna Direto ao Ponto. **A presidenta que resolveu inventar a torneira mecânica**. São Paulo. Acervo digital Revista Veja. Abril de 2012

CERVERA, Júlia Pérez. **Manual para o uso não sexista da Linguagem**. Apoio REFEM Rede de Educ. Popular entre Mulheres da América Latina. Dezembro 2006

FAIRCLOUGH, N. Critical discourse analysis in the 1990s: challenges and responses. In: Emilia Ribeiro Pedro (org.) **Discourse Analysis Proceedings of the 1st Internacional Conference On Discourse Analysis**. Lisboa: Ed. Colibri, 1997.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança** – um reencontro com a Pedagogia do Oprimido. 7.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

GIBSON, K. GRAHAM, J. **The end of capitalism as we knew it: a feminist critique of political economy**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996.

GIDDENS, A. **Mundo em descontrolado**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2000.

LUFT, Celso Pedro **ABC da Língua Culta**. Porto Alegre. Globo, 2012.

LUFT, Celso Pedro **Dicionário gramatical da língua portuguesa**. Porto Alegre. Globo, 1967.

MORAES, Filemon Felix de. **Gramática objetiva**. Brasília: Ed. Lima e Felix, 2005.

MICHARD, Claire (1991) “Approche matérialiste de la sémantique du genre en français contemporain”, Paris, CNRS, pp. 147-158.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PHILIPS, Stoke. **Os 100 pensadores da filosofia**. 1ª Ed. 2012.

ROCHA, Lima. **Gramática normativa da língua portuguesa**. 49. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

SACCONI, Luiz Antônio. **Nossa gramática completa**: teoria e prática. 31.ed. Revista 2011. São Paulo: Nova Geração, 2011.

SAPIR, Edward. Língua e ambiente (1969). **Linguística como ciência - ensaios**. São Paulo, Liv. Acadêmica, 1969.

SOUZA, Robson Fernando. **Uso genérico da palavra homem: porque é uma polêmica**. Blogue Consciencia.com. 2012

STOKES, Philipe. **Os 100 pensadores da Filosofia**. 2.ed. São Paulo, DIFEL, 2012.

VIEIRA, Josênia Antunes. A identidade da mulher na modernidade. **DELTA**, v.21, nº especial, p.207-238, 2005.

WILSON, E. **The Sphinx in the City**: Urban life, the control of disorder, and women. Londres: Virago Press, 1991.